

ARGUMENTAÇÃO E ACONTECIMENTO

ARGUMENTATION AND EVENT

Eduardo Guimarães 1

Resumo: Este texto traz uma posição específica a respeito do funcionamento da argumentação. A argumentação se caracteriza, segundo esta posição, pelo sentido de uma relação argumento – conclusão sustentada, na alocução, por um alocutor (um lugar social de dizer) a seu alocutário. Opõe-se assim às posições da retórica que definem a argumentação como a busca do convencimento ou da persuasão. Parte-se de uma discussão de uma passagem de um texto de Ducrot, que mudou de terreno esta questão, ao considerar a argumentação como significação. Fundamentalmente se discute a posição do platonismo de Ducrot ao considerar a linguagem como a “Caverna”. Em seguida o texto discute a questão do acontecimento revisitando a posição dos estoicos antigos. Posto este percurso é que se considera que a argumentação é a sustentação, do alocutor a seu alocutário, de uma relação argumento – conclusão. Caracterizada a questão, o texto se dedica a apresentar uma análise que mostra o funcionamento da argumentação no acontecimento enunciativo marcado, na alocução, pelo litígio do político.

Palavras-Chave: Argumentação. Acontecimento. Sentido. Política. Semântica da Enunciação.

Abstract: This text brings a specific position regarding the functioning of the argumentation. According to this position, argumentation is characterized by the sense of an argument-conclusion relationship sustained, in the allocution, by an allocutor (a social place of saying) to his allocutary (the social place to which one says). It thus opposes the rhetorical positions that define argumentation as the search for conviction or persuasion. It starts with a discussion of a passage from a text by Ducrot, which changed the terrain of this question, when considering argumentation as meaning. Fundamentally, the position of Ducrot’s Platonism, when considering language as the “Cave”, is discussed. Then the text discusses the issue of the event revisiting the position of the ancient Stoics. Given this path, it is considered that argumentation is the support, from the allocutor to his allocutary, of an argument-conclusion relationship. Having characterized the issue, the text is dedicated to presenting an analysis that shows the functioning of argumentation in the enunciative event marked, in the allocution, by the political dispute.

Keywords: Argumentation. Event. Sense. Politics. Enunciation Semantics.

1 Professor titular do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem e pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) do Nucleo de Estudos da Linguagem (Nudecri) na UNICAMP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8015275228271541>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7066-2814>. E-mail: eduardo.gui@uol.com.br

Introdução

A história da prática da argumentação, todos sabemos, nos coloca diante de posições que vão desde as que tratam a argumentação no centro das práticas de linguagem até as que a tratam como exercício do engano. Esta última é conhecida como ligada à recusa de Platão à argumentação ou a relatos sobre a relação de Tísias e Corax¹. A primeira é conhecida nas posições da retórica de Górgias, Aristóteles e Quintiliano.

Os estudos da argumentação, como sabemos, têm uma vigorosa retomada a partir do final da década de 1950: Perelman e Tyteca (1958), Toulmin (1958) e Lausberg (1960), por exemplo. Nessa retomada há um acontecimento que muda de terreno a questão: a publicação de “Les échelles argumentatives” (Ducrot, 1973).

A teoria da argumentação na língua traz para os estudos da argumentação² uma importante mudança de terreno. Se a retomada acima coloca o centro da questão da argumentação como prática que busca a persuasão ou o convencimento, há na posição de Ducrot, a partir do “Les échelles argumentatives”, uma outra posição: argumentar é significar. Não está em pauta a persuasão ou convencimento. A argumentação está na língua, o fundamento da significação são relações de orientação argumentativa que estão na língua. É o que conhecemos como a teoria da argumentação na língua (ADL/ANL), que já tem hoje uma ampla história e variados caminhos.

Antes de ir à frente, gostaria de ressaltar a extraordinária capacidade heurística das análises argumentativas a partir desta teorização. A semântica argumentativa foi e é capaz de iluminar muitos aspectos que outras análises semânticas não têm como fazer.

A Persuasão como Engano

Na medida em que tenho trabalhado nesta nova perspectiva (argumentar é significar), gostaria de refletir a propósito da posição de Ducrot, sobre um fundamento filosófico relacionado a Platão.

Em “L’argumentation rhétorique et argumentation linguistique” (2004), Ducrot, ao fazer uma reflexão sobre a relação da argumentação na língua em oposição à argumentação retórica, que ele recusa, nos diz na conclusão de seu texto:

“Chamemos, para simplificar, de *platônica*, a busca de uma verdade absoluta, que exigiria irmos além da linguagem, isto é, que tentemos, mesmo sem saber se é possível, “sair da Caverna” (porque a caverna real, aquela que nos impede de nos relacionarmos com a realidade, aquela que nos obriga a viver no meio das “sombras” é, para mim, a linguagem). Chamemos de *aristotélica*, também esquematicamente, a esperança de encontrar no discurso, ou seja, “dentro da caverna”, uma espécie de racionalidade imperfeita, insuficiente, mas em suma aceitável, habitável. Por meio dessas aproximações, minha apresentação faz parte de uma oposição sistemática ao otimismo retórico de Aristóteles e seus inúmeros sucessores; Ela gostaria de promover um retorno a Platão e uma desconfiança radical ao discurso” (Ducrot, 2004)

Ressaltemos nesta passagem: 1) a busca da verdade absoluta é o que caracteriza o pensamento de Platão; 2) para essa busca é necessário ir além da linguagem, só assim se pode sair da caverna; 3) pois a caverna real é a linguagem que nos leva a viver nas sombras; 4) a solução de Aristóteles procura encontrar no discurso uma racionalidade imperfeita.

1 Sobre essa relação entre eles, encontramos em Plebe (1968, p.2) que de acordo com anedota referida por Hermógenes, Tísias “se teria recusado a pagar Córax pelo ensino recebido, afirmando que, se fora bem instruído por ele, estava em condição de o convencer a renunciar ao honorário, e se não o estava, fora, então, mal instruído e não era, portanto, devedor de Honorário”.

2 Interessante lembrar, a este respeito, as colocações de Plantin (2004, 2005).

Assim Ducrot se opõe ao “otimismo” das retóricas que se desenvolvem a partir de Aristóteles. E ele manifesta seu retorno a Platão, ou seja, a uma desconfiança radical ao discurso (tomemos aqui a palavra no sentido que lhe dá o próprio Ducrot), em outras palavras, a uma desconfiança à linguagem e àquilo que se enuncia.

Esta posição de Ducrot o leva a considerar que a retórica deve ser abandonada, e ele várias vezes manifesta sua distância da retórica. Como lembra Plantin, ele afirma, por exemplo, que a ANL deveria ser chamada de teoria da não-argumentação (Ducrot, 1993, 234). Ducrot especifica a orientação argumentativa como uma relação argumento conclusão que é significada naquilo que se diz em virtude do que é a língua. Assim ele nos coloca diante de uma mudança de terreno, a argumentação é sentido, não estando em questão se ela persuade ou não, não interessam tais intenções, pois o que se diz é algo que está na língua e que de algum modo significa como uma relação com um futuro do próprio enunciado, ou ainda, a orientação argumentativa estabelece as continuidades dos enunciados.

Esta desconfiança em relação à retórica faz parte das posições de Platão e é apresentada, no *Górgias*. Num momento do diálogo Sócrates pergunta a Górgias:

“A retórica não tem necessidade de conhecer a realidade das coisas: basta a ela um certo procedimento de persuasão, que ela inventou, para que pareça diante dos ignorantes mais sábio do que os sábios?” (*Górgias*, 458 e – 459 b).

E Górgias responde:

“Não é uma maravilhosa facilidade, Sócrates, poder sem nenhum estudo das outras artes, graças somente àquele, ser igual a todos os especialistas?” (*Górgias*, 458 e – 459 b).

Se aqui está enunciada a restrição à retórica, ela traz suas razões: o fato de não atender o princípio do bem, da verdade.

Ducrot teoriza, da posição da ANL, contra a argumentação retórica, pelas razões de Platão, sem fazer referência à questão ética. Para Ducrot a questão é da ordem do funcionamento da linguagem. Isto é, em certa medida, o móvel para caracterizar esta relação de orientação do dizer como própria língua, fora da retórica. O curioso é que Ducrot, nesta medida, como que nos diz, o que a língua significa na enunciação como orientação argumentativa é o que nos resta fazer para não sucumbirmos no engano retórico. É de um lado uma recusa de um princípio referencialista para a linguagem (a linguagem é a caverna), e de outro é a criação de uma categoria de análise fora do paradigma lógico.

O Acontecimento da Enunciação

Benveniste define enunciação pela relação do locutor com a língua, como um ato de apropriação da língua fazendo-a funcionar (Benveniste, 1970). Ou seja, a enunciação é tratada como ato do locutor. Diferentemente disso, Ducrot, por volta de 1980, passa a definir a enunciação como um acontecimento. Em “Enunciação” Ducrot (1980) define a enunciação como o fato de um enunciado ter sido realizado, como acontecimento que constitui sua aparição: para “o fato de uma frase ter sido objeto de um enunciado (ou de um discurso), empregaremos a palavra “enunciação” (Ducrot, 1980, p. 369). “Tratar-se-á, nesse caso, menos de algo que existe do que da sua existência” (idem, ibidem). Esta definição de enunciação terá importância decisiva na formulação de sua teoria da polifonia. Um enunciado significa uma relação polifônica do que dizem locutores e enunciadores. A possibilidade de teorizar a não unicidade do locutor, do sujeito da enunciação, está, no percurso teórico e de avanços de sua semântica, diretamente relacionado com esta nova definição da enunciação, enquanto acontecimento.

E esta posição de Ducrot não só se distingue da definição benvenistiana, como se distingue de outras posições formuladas no interior da filosofia da linguagem, e da pragmática, em que se definiria a enunciação como um ato intencional do falante na relação com seu ouvinte.

Para pensar a questão do acontecimento vou me valer de algumas colocações de Bréhier (1965), que reflete sobre as posições de Platão e Aristóteles e da diferença em relação a estas produzidas pelos estoicos, em torno do que chamaram de incorporais e assim do acontecimento. O que me interessará aqui é fundamentalmente como a questão do acontecimento é posta pelos estoicos, e não a discussão sobre os incorporais. Meu retorno aos estoicos, filósofos pós-aristotélicos, dará atenção à natureza do acontecimento para eles, deslocando a reflexão do espaço platônico-aristotélico. Por isso não me deterei no conceito de incorporal.

O Acontecimento para os Estoicos

Bréhier em sua obra *A Teoria dos Incorporais nos Estoicismo Antigo*³, ao tratar das posições platônico-aristotélicas, nos diz:

“Não resta a menor dúvida de que há uma oposição radical entre o ser racional, o ato puro, que está fora do tempo e do lugar e constitui a essência das coisas, e o ser móvel, sempre imperfeito em ato, que se encontra no tempo e no espaço: essas duas categorias sobrecarregam de relatividade e de imperfeição os seres aos quais elas pertencem. Se o pensamento é a essência dos seres, segue-se que a razão, por sua atividade própria, atinge a essência dos seres e que a representação sensível permanece, ao contrário, na superfície e accidental.”⁴ (Bréhier, 1908, p.106)

No entanto, na medida em que os estoicos tratam o incorporal como pensamento, o pensamento não pode “se opor ao segundo termo, o ser mutável no lugar e no tempo” (idem, p. 107).

Ou seja, na medida em que o pensamento é incorporal, e não corpo, o pensamento não se opõe ao ser mutável no lugar e no tempo. E assim

“Esse segundo termo [o ser mutável] é interpretado de um modo totalmente diferente daquele de Aristóteles e de Platão. Todos os seres estão no espaço e no tempo e, conseqüentemente, mudam e se movem. Mas o movimento não é uma imperfeição” (idem, p. 106-conferir). “Se consideramos, ao contrário, em sua relação com a vida, ela torna-se o próprio ato da vida que somente existe plenamente enquanto se desenvolve”.(idem, p.106-107)

Ressalto a parte final da última passagem de Bréhier: “Ela torna-se o próprio da vida que somente existe plenamente enquanto se desenvolve”.

Se pensamos na posição de Ducrot, poderia dizer que ele recusaria, pelo texto sobre o mito da caverna, a vida. Mas, como dissemos, ele, a partir de 1980, define a enunciação como acontecimento do aparecimento do enunciado e assim estabelece o espaço teórico para sua teoria da polifonia. Assim resta, no interior da teorização de Ducrot: 1) Da recusa à posição persuasiva da retórica não decorreria necessariamente a recusa à argumentação; 2) uma tensão entre seu platonismo teórico e sua atenção ao acontecimento; 3) A definição da enunciação como acontecimento abre as condições para sua teoria da polifonia.

Fico, do lugar que fui estabelecendo para analisar a argumentação, com sua atenção ao acontecimento.

³ Este texto foi sua tese de doutorado de 1908.

⁴ Bréhier diz ainda: “...os seres, as substâncias, não são objeto do pensamento dialético, pois têm uma vida interna e, por assim dizer, concentrada nela mesma, longe de ser objeto de contemplação por natureza. Mas essa vida sem nada perder dela mesma, espalha-se na superfície do ser em acontecimentos múltiplos, acontecimentos que não suprimem nada da força interna do ser, e que são puros efeitos sem serem a sua própria causa; são tais acontecimentos, com suas relações, que formam o tema da dialética. Na lógica, portanto, o pensamento não entra em contato com o ser, pois o ser é rebelde ao pensamento; ela [a lógica] não diz respeito à substância

O Acontecimento e o Sentido da Argumentação

Para a semântica da enunciação tal como a pratico, a enunciação é um acontecimento cuja especificidade é a constituição de uma temporalidade de sentidos própria. Um acontecimento enunciativo se especifica porque constitui um passado, um presente e um futuro de sentidos

Este acontecimento, em um espaço de enunciação, agencia o falante ao constituir a cena enunciativa da relação de alocação. A cena enunciativa se constitui por uma relação entre os lugares de enunciação. O Locutor, e seu Locutário, é o lugar que diz, agenciado pela língua; o alocutor, e seu alocutário, é o lugar social de dizer, agenciado pela conjuntura do acontecimento; e o enunciador é o lugar de dizer na relação com o como se diz o que se diz. Para mim mais importante ainda é que há relações de alocação entre estas duplas de lugares (Guimarães, 2018), falaremos disso mais à frente.

Defino a argumentação, produzida na cena enunciativa, como a sustentação, por um lugar de alocutor, de uma relação argumento-conclusão. Ou seja, na via aberta, pela posição de Ducrot, a relação de argumentação é uma relação de significação. Para mim, a sustentação do alocutor significa a relação entre enunciados específicos como uma relação de argumento a conclusão.

No entanto essa relação não se restringe a relações entre enunciados afetados por articuladores específicos. São relações de significação que significam segundo a temporalidade do acontecimento. E o acontecimento não se caracteriza pelo irrepetível, mas pela temporalidade de sentidos específicos.

Se consideramos o modo de constituição da cena enunciativa (Guimarães, 2018), ou seja, se consideramos o modo como o falante é agenciado e dividido enquanto Locutor, alocutor(-x) e enunciador, vemos como esta divisão agencia uma configuração de alocação: um Locutário correlato do Locutor e um alocutário (x) correlato do alocutor (x). Esta relação de alocação relaciona-se com a relação do enunciador com aquilo que se diz.

No acontecimento de enunciação a argumentação se constitui como a sustentação de um eu a um tu relativamente a algo que se diz. Especificando, nas relações de alocação, consideramos (Guimarães, 2018) que a argumentação é a sustentação do alocutor, lugar social de dizer, para o alocutário, relativamente a algo que se diz.

A consideração da argumentação como produzida pelo acontecimento leva a se pensar a relação dos enunciados por sua relação de integração ao texto⁵, e não pelas continuidades possíveis que contêm. Nesta medida a relação será sempre uma relação de significação que a temporalidade do acontecimento (passado, presente e futuro) produz.

Cena enunciativa e plurivocidade dos lugares de enunciação

Para refletirmos especificamente sobre estes aspectos, retomo e desenvolvo uma sondagem feita a propósito de um recorte do texto *Província de Santa Cruz* de Gandavo (1576). Este recorte é tomado ao capítulo “Do Gentio”, no qual o autor apresenta os indígenas do Brasil.

(1) A língua de que usam toda pela costa é uma, ainda que em certos vocábulos difere em algumas partes. Mas não de maneira que se deixem uns aos outros de entender, e isto até altura de 27 graus, que daí por diante, há outra gentildade de que nós não temos tanta notícia, que falam já outra língua diferente. [A] *Esta de que trato* que é geral pela costa, é mui branda, e a qualquer nação fácil de tomar. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos. Carece de três letras, convém, a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei. [B] E desta maneira vivem desordenadamente sem terem além

⁵ Sobre a questão do texto, ver Guimarães (2012). A questão do tratamento da argumentação na relação com o texto já se apresenta e se desenvolve a partir de Guimarães (1987).

disto conta, nem peso, nem medido (C). (Gandavo, 1576, p. 122)

Deste recorte vou considerar a sequência (1A). O autor de História da Província Santa Cruz oferece sua obra “Ao Muito Ilustre Senhor Dom Lionis Pereira”. E um de seus objetivos é sustentar que o nome da colônia portuguesa deveria continuar sendo Terra de Santa Cruz e não Brasil, como passara a se chamar já no século XVI. Isto nos leva, inicialmente, à consideração de um alocutor-português-colonizador cujo correlato é um alocutário-português-colonizador. Ou seja, na cena enunciativa deste recorte de texto tem-se

al-por/col -----[1A]-----at-port/col

Considerando este aspecto vou analisar, como dito acima, especificamente:

[1A] Esta de que trato que é geral pela costa, é mui branda (a), e a qualquer nação fácil de tomar (b). Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas (c), e outros que não servem senão para os machos (d). Carece de três letras, convém, a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r (e), coisa digna de espanto (f), porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei (g).

O recorte (1A) traz uma sequência (a, b, c, d, e) que se apresenta como uma enumeração que traz características da língua dos indígenas. No entanto, pelo que veremos à frente, a enumeração é interrompida e ela é de fato somente (a, b, c, d), como veremos mais à frente.

A interrupção da enumeração se dá por uma “avaliação” direta do alocutor: coisa digna de espanto (f). Isso muda o andamento do texto que tem seu último enunciado da sequência (não têm Fé, nem Lei, nem Rei (g)), articulado tanto à avaliação (f), através de um porque, quanto ao enunciado Carece de três letras, convém, a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r (e), através do assim.

A articulação, através do porque, à avaliação feita pode ser considerada pela paráfrase⁶

(1a) coisa digna de espanto porque se não tem f, l, r não têm fé, lei rei.

A articulação do assim pode ser considerada pela paráfrase

(1b) esta língua não tem f, nem l, nem r por isso (assim) os índios não têm fé, lei, rei.

A enumeração (a, b, c, d, e) traz uma descrição da língua indígena e apresenta a razão do espanto quanto a uma dessas características (não ter fé, nem lei, nem rei porque não têm f, l, r). O que significa que a avaliação sobre as características da língua, no presente do acontecimento, movimenta o memorável da língua portuguesa própria do espaço de enunciação em que se dá o acontecimento, e da relação entre o lugar de locução (al-por/col – at-port/col). O que produz, por si, a desconsideração da língua indígena no espaço de enunciação. E um dos aspectos que se coloca é a relação, que a paráfrase indica:

(1b') Esta língua não tem f, nem l, nem r por isso (assim) não têm Fé, nem

Lei, nem Rei.

⁶ O procedimento fundamental para a análise se baseia, nesta perspectiva, mais em parafrazeamentos dirigidos e menos em relações de encadeamento.

Dados os elementos acima consideramos a constituição da cena enunciativa.

O agenciamento do falante na cena enunciativa o divide em Locutor, agenciado pela língua portuguesa no espaço de enunciação no século XVI no Brasil colonial (cujo correlato é o Locutário) e em um lugar social de dizer, um alocutor-port/col (cujo correlato é o alocutário-port/col). Tal como vimos colocando acima, podemos considerar que o texto e os enunciados da sequência acima têm como alocutor um alocutor-português/colonizador e como alocutário também um alocutário-português / colonizador, personalizado por aquele a quem o alocutor faz a dedicatória do livro.

Deste modo o agenciamento do falante pelo acontecimento nos coloca a divisão que segue, considerando os correlatos de Locutor e alocutor:

Locutor (L)	Locutário (LT)
alocutor-português/colonizador (al-x)	alcutário-port/col (at-x)

Podemos considerar todos estes aspectos observando que todo o recorte (1A) significa a sustentação de uma avaliação que incide sobre não se acha nela f, nem l, nem r (e) e que se apresenta diretamente em (f). Tomando todo o recorte (1) podemos considerar a relação de (A) com (B) e (C). O que pode ser parafraseado por

(1A') **Esta de que trato** que é geral pela costa, é mui branda, e a qualquer nação fácil de tomar. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos. Carece de três letras, convém, a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei [B], por isso os índios vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido (C).

Ou seja, os enunciados de (1) são um modo de sustentar o que se diz no último enunciado (1C). Em outras palavras, a relação entre os enunciados de 1A e 1B significa neste recorte que o recorte argumenta para a conclusão que está em 1C. E nesta medida (A/B) sustenta (C).

(2)al-port/colonizador	apresenta ao	at-port/colonizador
------------------------	--------------	---------------------

A língua de que usam toda pela costa é uma, ... Esta de que trato que é geral pela costa, é mui branda, e a qualquer nação fácil de tomar. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos. Carece de três letras, convém, a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei (argumentos)

Como modo de sustentar

E desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido (conclusão)

Um ponto importante aqui é que levando em conta a relação deste recorte com o texto (o capítulo “Do Gentio”) em que está (a relação integrativa), vamos ver que vivem desordenadamente é reescrituração⁷ por condensação totalizadora de

(3) “Estes índios ... São desagradecidos em grã maneira, e mui desumanos e cruéis, inclinados a pelejar e vingativos por extremo.” (Gandavo, 1567, p. 121).

Isto leva a considerar que toda a relação de sustentação acima colocada sustenta algo mais geral e definitivo. Podemos então considerar que

(2.1) al-port/colonizador	Sustenta	at-port/colonizador
---------------------------	----------	---------------------

7 Sobre os procedimentos de reescrituração ver Guimarães (2002, 2018).

Os índios são primitivos, não são cristãos, são cruéis, bárbaros...(conclusão)

O que é sustentado pelo alocutor para seu alocutário é a conclusão final da argumentação do recorte 1 que estamos analisando.

Analisemos agora a própria constituição do funcionamento desta relação de argumentação. Um ponto importante neste caso é que em (1A) encontramos o que parafraseei por

(1b) Esta língua não tem f, nem l, nem r por isso (assim) os índios não tem fé, nem lei, nem rei.

E estas características, tal como já referi antes, acabam por significar uma diferença entre a, b, c, d, de um lado e(e) de outro. Esta última característica significa, segundo vimos acima, uma relação entre (e) e uma conclusão (g), os índios não têm fé, nem lei nem rei. Sentido que decorre, segundo o texto, do enunciado (e) (veja na paráfrase (1b) que a avaliação (f) do alocutor distingue e separa(e) das demais características enumeradas da língua.

Isto pode ser considerado a partir da seguinte paráfrase para (1A)

(1A.1) Esta de que trato que é geral pela costa, é mui branda, e a qualquer nação fácil de tomar. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos. Mas Carece de três letras, convém, a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, por isso os índios não têm Fé, nem Lei, nem Rei.

Aparece aqui um movimento adversativo que leva a considerar, para esta passagem do texto, a seguinte paráfrase:

(1A.1') Esta de que trato que é geral pela costa, é mui branda, e a qualquer nação fácil de tomar. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos

Mas

Carece de três letras, convém, a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, por isso os índios não têm Fé, nem Lei, nem Rei⁸.

Assim

vivem desordenadamente (são bárbaros, etc)

O que mostra um movimento de sentido concessivo em (1A) que não consideramos na análise proposta em (2).

O viver desordenadamente se conclui a partir de Carece de três letras, convém, a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem r, pela incidência da avaliação (coisa digna de espanto) do alocutor. De uma descrição simples passa-se para uma crítica, uma recusa porque a avaliação do alocutor significa o que se pode parafrasear por

(1A.1'') Sabemos que os povos de uma língua que não tem certas letras não possuem as características do que significam as palavras com elas escritas.

Este sentido não decorre de um raciocínio no plano do pensamento, mas se formula no acontecimento do texto, no plano do vivido, e fica assim significado. E produz suas consequências.

Vejamos como apresentar a análise inicialmente indicada em (2), levando agora estes aspectos em conta.

8 Não vou aqui observar especificamente a relação argumentativa própria da relação entre os enunciados que constituem o modo concessivo/adversativo da argumentação.

O Litígio Político da Argumentação

Observar a questão argumentativa somente pela indicação direta dos enunciados deixa de considerar o principal na configuração da argumentação. Consideremos, levando em conta a descrição anterior, os lugares de enunciação nesta alocação. Ou seja, configuremos a dinâmica das relações do acontecimento. O alocutor-port/col é agenciado como falando de lugares de dizer (enunciadores) distintos na relação com o que se diz e como. Observemos este aspecto tomando o último enunciado da sequência (1) antes do enunciado conclusivo, encontramos:

(1a1) (A língua) Carece de três letras, convém, a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei

Esta sequência pode ser parafraseada por:

(1a1') Observando-se a língua vê-se que ela carece de três letras convém, a saber, não se acha nela f, nem l, nem r. Isto para mim é digno de espanto porque assim não têm Fé, nem lei, nem rei.

Levando em conta a paráfrase, consideramos que o primeiro enunciado (carece de três letras, convém, a saber, não se acha nela, f, nem, l, nem, r), é apresentado de um lugar universal, o lugar da garantia da verdade inquestionável, baseada na observação, (1a1) descreve características da língua. A este lugar chamamos de enunciador universal. O que se enuncia deste lugar de dizer apresenta-se como algo objetivamente verdadeiro e que recebe por parte do alocutor, uma avaliação enunciada por

(1a2) Isto para mim é digno de espanto porque então os índios não têm fé, nem lei, nem Rei.

Observa-se que há, então, um deslocamento do lugar de dizer (enunciador): do lugar da verdade objetiva para o lugar da avaliação "individual", no segundo enunciado. Há assim uma co-ocorrência de dois enunciadores no mesmo recorte: passa-se do lugar de dizer de um E-universal para um E-individual. Isto nos leva a considerar que todo o início da sequência pode ser atribuído a um enunciador universal, e que coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei pode ser atribuído a um enunciador individual, que também é o lugar de dizer da conclusão final, que pode ser parafraseado por

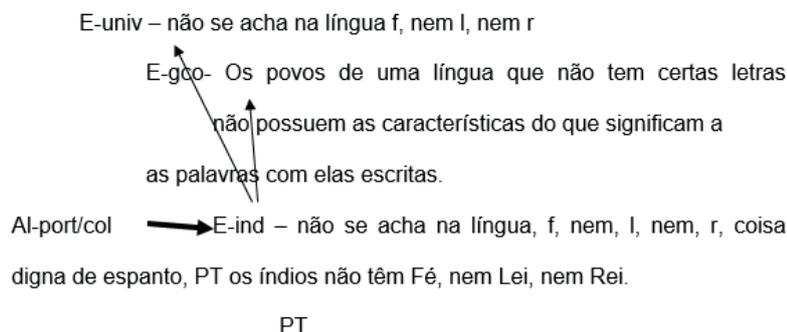
(1a3) não têm fé, nem lei, nem rei por isso vivem desordenadamente..... (são Bárbaros)

Neste caso podemos considerar que o alocutor apresenta o E-ind. Ou seja, o E-ind enuncia, apresentado pelo alocutor, a língua não tem f, l, r coisa digna de espanto por isso os índios não têm Fé... por isso vivem desordenadamente. Por outro lado o E-ind alude o E-univ, que diz a língua não tem f, l, r e o Egco, que diz Sabemos que os povos de uma língua que não tem certas letras não possuem as características do que significam as palavras com elas escritas. Deste modo o dizer do E-univ aparece como argumento para não ter fé, lei, rei, na medida em que consideramos a paráfrase, acima retomada(1A.1"), como enunciada por um enunciador genérico. O E-ind apresentado pelo alocutor-por/col se espanta e indica o dizer aludido do E-univ como a razão do espanto.

Ou seja, o al-por/col apresenta o E-ind que alude o E-univ que vai funcionar assim, também, como argumento nesta construção argumentativa que conclui por uma "censura" ao modo de vida dos gentios. E esta censura se marca de modo muito particular pela relação de oposição adversativa entre (a, b, c, d) e o final do recorte (1A), tal como se vê na paráfrase (1A.1').

Nesta cena, a passagem de um enunciador universal para um enunciador individual acaba por fazer significar, como vimos, que o dito pelo E-ind sustenta uma conclusão: os índios vivem desordenadamente, etc (são bárbaros). Esta sustentação se dá pela alusão ao E-gco em oposição à descrição do E-univ. O estabelecimento da força do enunciador individual neste jogo argumentativo se constitui pela dinâmica das relações de lugares na cena enunciativa. A descrição da língua enunciada pelo E-univ é, de certo modo, condenada pelo que se significa do lugar do E-gco. O

diagrama abaixo traz as relações que apresentamos acima (a seta mais espessa lê-se apresenta e as setas simples, alude)9.



Os índios vivem desordenadamente...(Bárbaros)

A cena enunciativa significa relações de enunciação que, estando no acontecimento, guardam relações de sentido com outros acontecimentos (a enunciação da enumeração). A dinâmica interna da cena se dá pela temporalidade do acontecimento, que significa por um passado de sentidos direta ou indiretamente significados pela pluralidade dos lugares, em que se inclui o E-gco. e pelo modo de sua relação. Não haveria nada de extraordinário no dizer do E-ind de que a língua não tem f, l, r. A questão é que o modo de apresentação do E-ind atribui, pela consideração desta característica, uma crítica à língua, pelo memorável significado pela E-gco.

Nesse quadro de considerações o que interessa é o que o movimento de argumentação significa, e não sua eventual capacidade de persuadir. Ou seja, o que interessa é compreender a posição significada do texto, não se ele convenceu alguém, ou se tornou, para muitos, quase uma anedota. Tratar a argumentação não vincula necessariamente a consideração da persuasão, nem a garantia que ela se dá. A busca da persuasão não é, deste ponto de vista, o que define a argumentação, mas o que a relação significa. Sabemos que ela significa. Neste caso, interessa mais compreender como, ao se argumentar, se produz uma segregação aos indígenas, e menos como ou quem ela convence ou persuade. O que um acontecimento significa no litígio argumentativo, esta é a questão fundamental para mim.

Conclusão

O movimento argumentativo, tal como, entre outras coisas, o diagrama anterior mostra, sustenta a consideração de que se trata de uma relação al-port/col – at-por/col. É uma relação de alocação em que o indígena é só referido. O movimento das relações dos lugares não coloca um alocutor-indígena e sequer um alocutário-indígena. Isto significa que o indígena está posto fora do espaço de enunciação, como se suas línguas, mesmo que caracterizadas pelo texto, são colocadas à margem da cena enunciativa. Mas mesmo que não falem, os indígenas são mencionados pela argumentação que os exclui e são assim significados enquanto existentes. Eles significam enquanto mencionados ao serem excluídos pela argumentação. A argumentação, que os exclui, os significa como existindo.

A produção do sentido pelo acontecimento diz respeito à espessura do vivido pelo acontecimento. E coloca a argumentação no domínio do litígio das relações de dizer do acontecimento. Coloca a argumentação como própria do litígio político da enunciação.

9 Consideramos (Guimarães, 2018, por ex.) que as articulações argumentativas podem ser concessivas ou diretivas. PT marca a relação diretiva.

Referências

- BENVENISTE, E. (1970). "O Aparelho Formal da Enunciação". **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, Pontes, 1989.
- BRÉHIER, E (1965). **A Teoria dos Incorporais no Estoicismo Antigo**. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.
- DUCROT, O. (1973). "**As Escalas Argumentativas**". Provas e Dizer. São Paulo, Global, 1981.
- DUCROT, O. (1980). "**Enunciação**". Enciclopédia Einaudi, 2. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- DUCROT, O. (1993). "**Théorie de l'argumentation dans la langue**", In Plantin (1993).
- DUCROT, O. (2004). "**L'argumentation rhétorique et argumentation linguistique**". In Doury, M. e Moirand, S. *L'Argumentation aujourd'hui*. Paris, Presses Sorbonne Nouvelle.
- GANDAVO (1576). **História da Província Santa Cruz**. São Paulo, Hedra, 2008.
- GUIMARÃES, E. (1987) **Texto e Argumentação**. Campinas, Pontes.
- GUIMARÃES, E. (2002). **Semântica do Acontecimento**. Campinas, Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. (2012). **Análise de Texto**. São Paulo, Hucitec.
- GUIMARÃES, E. (2018). **Semântica: Enunciação e Sentido**. Campinas, Pontes, 2018.
- LAUSBERG, H (1960). **Manual de Retórica Literaria**. Madrid, Gredos, 1966.
- PERELMAN, Ch. E TYTECA, L.O. (1958). **Traité de l'Argumentation**. Bruxelas, Editions de l'Université de Bruxelles, 1970.
- PLANTIN C. (org) (1993). **Lieux communs, topoi, stéréotypes, clichés**. Paris, Kimé.
- PLANTIN, C. (2004). "**Situation des études d'argumentation: de délégitimations en reinventions**". In Doury, M. e Moirand, S. *L'Argumentation aujourd'hui*. Paris, Presses Sorbonne Nouvelle.
- PLANTIN, C. (2005). **A Argumentação**. São Paulo, Parábola.
- TOULMIM, S. (1958). **Os Usos do Argumento**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

Recebido em: 15 de fevereiro de 2022.
Aceito em: 25 de fevereiro de 2022.